

História da mídia, economia política e pesquisa em jornalismo: entrevista com James Curran

Otávio Daros

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Porto Alegre, RS, Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-0738-8207>

James Curran

Goldsmiths, University of London, Department of Media, Communications and Cultural Studies, Londres, Inglaterra

<https://orcid.org/0009-0000-1627-4231>

Resumo

Figura de proa nos estudos de mídia e jornalismo na Inglaterra, James Curran é o entrevistado desta edição da revista *Intexto*. Nesta entrevista, que busca circundar a produção acadêmica de mais de cinco décadas do autor, destacam-se suas contribuições para a história e economia política da comunicação, assim como para o chamado movimento de “desocidentalização” do campo de conhecimento.

Palavras-chave

estudos de mídia e jornalismo; história da imprensa e da radiodifusão; Reino Unido; economia política da comunicação; internet

Introdução

Historiador formado em Cambridge, James Curran, nascido em 1945, pertence à geração responsável pela institucionalização do campo de estudos da mídia e da comunicação no Reino Unido. Iniciou sua carreira acadêmica, nos anos 1970, como docente da então recém-inaugurada Open University, passando em seguida para o quadro da Polytechnic of Central London – atualmente University of Westminster –, um estabelecimento com pioneirismo na área, dentro do contexto britânico, quando o assunto é ensino superior.

Há algumas décadas como professor da Goldsmiths, University of London, participou o autor da formação de diferentes gerações de pesquisadores, tendo supervisionado teses de doutoramento de estudiosas como Sonia Serra (Universidade Federal da Bahia) e Carolina Matos (City, University of London), para citar alguns dos nomes mais conhecidos entre nós.

Nesta entrevista, que realiza um itinerário sucinto pela sua obra, destacam-se suas contribuições para a história e economia política da mídia, bem como para o chamado movimento de “desocidentalização” da pesquisa produzida nesse âmbito.

Figura 1 - Conferência na Annenberg School for Communication, na University of Pennsylvania



Fonte: Arquivo pessoal.

Quais aspectos o senhor poderia enfatizar da sua formação acadêmica, e como resumiria a sua trajetória intelectual no campo de estudos da mídia?

É uma questão com múltiplos pontos! Entrei no campo quase por engano. Descobri que outras pessoas estavam fazendo teses de doutorado sobre o mesmo tema que eu havia escolhido inicialmente. Meu supervisor, dr. Henry Pelling, sugeriu que eu voltasse minha atenção para a história da imprensa. A sugestão de um professor definiu minha vida.

Tive duas formações – uma privilegiada, na escola particular e na universidade de Cambridge, onde aprendi muito, e outra com os militantes do Partido Trabalhista, na área

rural de onde venho. Eles me ensinaram a olhar o mundo de uma maneira diferente, de modo que posso dizer que há uma marca duradoura disso em meu trabalho acadêmico.

Mas essa formação dupla levou a uma bifurcação. Na mesma semana, em 1970, me ofereceram um cargo acadêmico na Open University e um cargo sindical como representante dos trabalhadores de coleta seletiva no Sindicato Nacional dos Funcionários Públicos. Escolhi o caminho acadêmico, algo para o qual estava mais apto. Mas, por um tempo, eu oscilei entre os dois caminhos. Tornei-me editor fundador da revista de ideias do Partido Trabalhista, a *New Socialist*, e fui colunista semanal do *Times* por alguns anos, além de ser acadêmico em tempo integral.

Ao seguir carreira acadêmica, tentei fazer duas coisas. Ser um pesquisador de espírito livre, nunca preso a uma linha partidária, e proporcionar acesso a diferentes pontos de vista e perspectivas em meu ensino. Sempre começo minha primeira aula dizendo aos alunos que você é livre para ser tão conservador ou radical quanto quiser. Seu trabalho será julgado apenas pela qualidade e não pela política.

Como pesquisador acadêmico, tenho transitado entre a história da mídia, a economia política da mídia e os estudos de jornalismo – para trás e para frente.

Como um dos pioneiros nos estudos de mídia no Reino Unido, como o senhor analisa os estágios de evolução do campo acadêmico em seu país? Quais particularidades poderiam ser destacadas em comparação com o desenvolvimento da área em outros países de seu conhecimento?

Os estudos de mídia do Reino Unido desenvolveram-se em oposição à “communication research” nos Estados Unidos. Viemos principalmente de uma formação em artes e humanidades, em contraste com as origens das ciências sociais dos Estados Unidos, e somos, em geral, mais críticos em termos de abordagem.

O resultado mais positivo da experiência do Reino Unido foi o desenvolvimento dos estudos culturais, algo em que estive apenas marginalmente envolvido, mas admiro.

Na verdade, podemos dizer que, de início, eram três as vertentes dos estudos de mídia na Grã-Bretanha. Uma vertente sociológica em Leicester, essa vertente de estudos culturais em Birmingham, e uma vertente de humanidades interessada nas indústrias de mídia na chamada escola de Westminster (ver Curran, 2003).

Os estudos de mídia britânicos hoje têm diferentes vertentes e tornaram-se mais fragmentados porque se expandiram bastante. A tendência dominante no Reino Unido seguiu sendo os estudos culturais.

E no que diz respeito propriamente ao ensino, qual é panorama atual dos cursos de graduação e pós-graduação da área nas universidades inglesas?

Quase todas as universidades do Reino Unido atualmente contam com um curso de bacharelado ou mestrado em mídia e comunicação. Em 1975, havia apenas um curso de bacharelado em estudos de mídia no Reino Unido.

Seu livro mais conhecido, *Power without responsibility* (1981), em coautoria com Jean Seaton, se encontra na oitava edição. Há nele um capítulo voltado à história da internet. Que desafios se apresentam para a escrita da história da nova mídia, e no que ela pode contribuir aos estudos de comunicação?

O desafio é entender a história da “nova mídia” quase do zero, enquanto os caminhos da história da mídia tradicional estão bem delineados. A internet passou por diferentes fases: o filho não intencional de uma máquina de guerra de superpotência, uma fase utópica, hipercomercialização seguida de redenção parcial por meio do surgimento de sites de conteúdo gerado pelo usuário. Estes últimos representam um importante prolongamento da democratização – algo que tenho procurado trazer à tona na 9ª edição que sairá no ano que vem.

O estudo da história da internet contém outras surpresas – quantas vezes gurus em trajes elegantes fizeram previsões confiantes que se mostraram falsas, e como forças externas às vezes limitaram o potencial emancipatório da internet.

Na coletânea *Contesting media power* (2003), Nick Couldry e o senhor chamam atenção para o predomínio de duas perspectivas nas análises sobre as relações de poder envolvendo os meios de comunicação. Na primeira abordagem, a mídia aparece como um mecanismo intermediário pelo qual corporações e elites políticas, por exemplo, travam suas batalhas. Na segunda, em vez da função de mediação ou até mesmo do “quarto poder”, a mídia surge como um poder central na contemporaneidade. Como a sua abordagem se alinha ou não a estas perspectivas?

Parece-me que uma perspectiva conjuntural – aquela que vê o sistema de mídia como sendo moldado pelo equilíbrio de forças sociais e ideias na sociedade – é a mais persuasiva. Isso leva necessariamente a um reconhecimento da importância do tempo e do lugar na compreensão da dinâmica que molda a mídia.

Até porque a história da mídia nos últimos quarenta anos em muitos países foi moldada pela ascensão do neoliberalismo e do liberalismo social e pelas forças subjacentes a sua ascensão. As limitações da “pesquisa sobre os efeitos”, no estilo norte-americano, é que ela procura medir a influência da mídia neutralizando as influências não midiáticas por meio de procedimentos estatísticos. Isso obscurece a forma como o poder da mídia opera em conjunto com outras agências, instituições e processos na sociedade.

Isso tudo é o que tenho procurado argumentar em uma introdução aos estudos de mídia pela Penguin Books (chamada *Understanding media*, em coautoria com Joanna Redden), que será publicada em abril próximo.

***Media and democracy* (2011) retoma uma crítica conhecida a respeito da tendência de especialização da historiografia contemporânea, em parte influenciada pelos estudos culturais. Quando, na verdade, de acordo com o senhor, também os historiadores da mídia deveriam investir em investigações mais amplas, e menos segmentadas. Esse entendimento despertou respostas contrárias de historiadoras da imprensa feminista, por exemplo. O senhor mantém seu ponto de vista?**

A história da mídia é superespecializada – geralmente centrada em um meio de comunicação em um país durante um curto espaço de tempo. O problema com essa miniaturização é que amplas varreduras da história tendem a ser ignoradas. Na verdade, as historiadoras feministas são um excelente exemplo de um grupo social que se recusou a ser

contido dessa maneira. Eles revolucionaram a história social e mudaram a história da mídia escrevendo a partir de uma perspectiva própria.

Desde *De-westernizing media studies* (2000), coletânea de textos editada com Myung-Jin Park, o senhor tem defendido, ao lado de outros colegas, a importância de reconfigurar a pesquisa comparada de mídia, no sentido de se abrir para o conhecimento das experiências fora do eixo anglo-saxão. Duas décadas mais tarde, quais são os desafios superados e as limitações que persistem?

Grandes avanços foram feitos nos estudos de mídia contemporâneos (embora em menor grau na história da mídia). A internet cria facilidades para se trabalhar com pesquisa comparativa. A maior fluência da nova geração em vários idiomas é um desenvolvimento adicional. A insularidade que costumava caracterizar a pesquisa de mídia há cinquenta anos agora parece bizarra.

Mas os avanços têm sido desiguais: a África geralmente não aparece na pesquisa comparativa de mídia. Grandes conjuntos de dados são uma benção, mas também uma armadilha porque podem ser um atalho que impede a compreensão total do contexto.

Tem-se afirmado frequentemente que a “desocidentalização” é fundamental para pluralizar e democratizar o campo internacional, tendo em vista que foram as matrizes norte-americanas e europeias que construíram os marcos teóricos referenciais. Por isso, muitos chegam a falar da necessidade de um processo de descolonização do pensamento comunicacional asiático, latino-americano, africano etc. Outros alertam para os entraves dessa abordagem, desde que a história do campo não poderia ser interpretada sem os marcos do pensamento ocidental. Qual a contribuição do senhor para essa discussão?

Parece-me que ambos os lados neste argumento têm razão. Por um lado, é incapacitante não sintonizar com as ideias e percepções disponíveis no ocidente. Por outro, a imposição dessas ideias pode atrapalhar a compreensão das diferenças de contexto e experiência. O exemplo clássico do último problema é a maneira como os pioneiros da pesquisa de mídia comparativa na década de 1960, como Daniel Lerner, viam os meios de

comunicação como agências de “modernização” em sociedades “tradicionais” – um eufemismo para a exportação de valores e modelos de desenvolvimento norte-americanos.

Em seu ensaio ultracitado, *Rethinking the media as a public sphere* (1991), o argumento segue a linha que a mídia é uma das principais instituições que formam a chamada esfera pública. Um requisito para o funcionamento do sistema democrático seria que os meios de comunicação representassem todos os interesses significativos da sociedade. Em suas análises que consideram o contexto de diferentes continentes, o senhor tem percebido mais avanços ou retrocessos nesse sentido?

A melhor maneira de alcançar um sistema de mídia pluralista e representativo é que ele seja apropriado e organizado de diferentes maneiras, e que um setor central de mídia coloque as pessoas em diálogo umas com as outras. Mas o setor central da mídia em muitos países – televisão de propriedade pública ou regulada – está enfraquecendo. A comercialização aumentou seu domínio sobre os meios de comunicação, principalmente na forma como a mídia tradicional minou as startups on-line ao distribuir seu conteúdo gratuitamente. No entanto, a internet fortaleceu o setor de mídia cívica.

Como então podemos apoiar um setor de serviço público de internet para equilibrar o enfraquecimento do serviço público de radiodifusão? Isso me parece ser a questão-chave para os reformadores da mídia.

Na década passada, o senhor contribuiu para pesquisas em âmbito internacional com foco no consumo de notícias. Apesar da proliferação de plataformas informativas, o senhor e seus colegas constataram que o telejornal permanece no topo da hierarquia noticiosa, moldando as formas de conhecimento. Há evidências de que o diagnóstico segue válido?

Em vez de hierarquia, temos hibridismo – mídias se alimentando, interagindo e influenciando umas às outras.

Mas, para responder à sua pergunta específica, as pesquisas relatam regularmente que as pessoas dizem que a internet é sua principal fonte de notícias. Mas isso é uma simplificação porque muitas pessoas acessam os telejornais pela internet e redes sociais. Isso levou a Ofcom a concluir, a partir de suas medições, que a TV ainda é a plataforma de notícias

mais importante do Reino Unido. Mas o ponto fundamental é que a hierarquia está dando lugar a um maior hibridismo.

A British Broadcasting Corporation (BBC) é historicamente reconhecida pela qualidade da programação oriunda de seu sistema público de rádio e televisão, em que pese o seu enfraquecimento diante de políticas neoliberalizantes. Convém, de fato, associar o modelo público à produção de informação mais qualificada no que no modelo privado?

As *surveys* comparativas das quais participei mostram que, em geral, o conhecimento sobre assuntos de interesse público é maior em países com um forte setor público de TV do que naqueles com um fraco. Simplificando, as pessoas em países com sistemas de mídia comercializados são politicamente mais ignorantes.

Pode-se concluir, portanto, que o jornalismo em países onde as emissoras privadas predominam tem enfrentado uma crise mais grave do que naqueles que dispõem de emissoras públicas atuando de forma extensiva?

A chave é manter um setor público vigoroso e comprometido em reportar notícias com a devida imparcialidade e representar diversos pontos de vista em um momento de crescente fragmentação, polarização e desinformação. O Brasil tem um problema a esse respeito não muito diferente do dos Estados Unidos.

O Brasil é um exemplo notório de abuso do poder monopolista da mídia e do subdesenvolvimento de um setor público para tal. Mas aposto que pelo menos um dos meus alunos brasileiros de doutorado terá uma visão diferente e mais bem informada do que eu.

E globalmente, como avalia o cenário que se desenha?

Há agora uma crise do jornalismo devido à migração da publicidade para plataformas que não financiam o jornalismo. Os jornais estão fechando; jornais zumbis fornecidos por *hubs* regionais estão se multiplicando; desertos de notícias locais estão proliferando; orçamentos editoriais estão sendo cortados; e menos jornalistas estão sendo empregados.

Isso contrasta com a era de ouro do drama que estamos vivendo devido ao maior investimento, um novo modelo de negócios (efeito HBO) e a ascensão dos serviços de *streaming*. Portanto, alguns desenvolvimentos são positivos.

Figura 2 - Conferência de abertura do 13º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul em 2015



Fonte: Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo e UFMS (2015).

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA de Pesquisadores em Jornalismo; UNIVERSIDADE FEDERAL do Mato Grosso do Sul. Agência Fotográfica do Curso de Jornalismo. **SBPJor [fotografia do evento]**. Campo Grande, 2015. 1 fotografia.

COULDRY, Nick; CURRAN, James (ed.). **Contesting media power**: alternative media in a networked world. Lanham: Rowman & Littlefield, 2003.

CURRAN, James. **Media and democracy**. Londres: Routledge, 2011.

CURRAN, James. The rise of the Westminster school. In: CALABRESE, Andrew; SPARKS, Colin (ed.). **Toward a political economy of culture**: capitalism and communication in the twenty-first century. Lanham: Rowman & Littlefield, 2003. p. 13-40.

CURRAN, James. Rethinking the media as a public sphere. In: DAHLGREN, Peter; SPARKS, Colin (ed.). **Communication and citizenship**: journalism and the public sphere. Londres: Routledge, 1991. p. 27-57.

CURRAN, James; PARK, Myung-Ji (ed.). **De-westernizing media studies**. Londres: Routledge, 2000.

CURRAN, James; SEATON, Jean. **Power without responsibility: press, broadcasting and the internet in Britain**. 8. ed. Londres: Routledge, 2018.

Media history, political economy and journalism research: an interview with James Curran

Abstract

A leading figure in media and journalism studies in England, James Curran is the interviewee in this issue of the journal *Intexto*. In this interview, which seeks to encompass the author's academic production over more than five decades, his contributions to the history and political economy of communications stand out, as well as to the so-called "de-westernization" movement in the field of knowledge.

Keywords

media and journalism studies; history of the press and broadcasting; United Kingdom; political economy of communication; internet

Autoria para correspondência

Otávio Daros
otavio.daros@gmail.com

Como citar

DAROS, Otávio; CURRAN, James. História da mídia, economia política e pesquisa em jornalismo: entrevista com James Curran. **Intexto**, Porto Alegre, n. 55, e-135567, 2023. <https://doi.org/10.19132/1807-8583.55.135567>

Recebido: 14/09/2023

Aceito: 16/10/2023



Copyright (c) 2023 Otávio Daros, James Curran. Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License. Os Direitos Autorais dos artigos publicados neste periódico pertencem aos autores, e os direitos da primeira publicação são garantidos à revista. Por serem publicados em uma revista de acesso livre, os artigos são de uso gratuito, com atribuições próprias, em atividades educacionais e não-comerciais.